

Diagnóstico Estratégico CAOPIJ 2026

A base estruturante para o Plano Geral de Atuação em
Infância e Juventude do MPCE



APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta um **diagnóstico detalhado realizado pelo Ministério Público do Estado do Ceará** sobre as demandas, desafios e oportunidades das Promotorias de Justiça com atuação **em Infância e Juventude**, a partir das respostas coletadas por meio do Forms365 junto a membros do MPCE da capital e do interior. A análise consolida percepções objetivas e qualitativas sobre estrutura, políticas públicas, rede de proteção e condições institucionais de atuação.

A análise destaca que **saúde mental de crianças e adolescentes, acolhimento institucional e alternativas como Família Acolhedora, fortalecimento do Conselho Tutelar, violência sexual e aliciamento de adolescentes por organizações criminosas** figuram como as **maiores prioridades**, revelando a necessidade de **ações estruturantes, intersetoriais e articuladas**, capazes de superar fragilidades da rede e vazios de políticas públicas locais.

Os dados apontam **alto comprometimento dos membros e experiências locais relevantes**, mas indicam **insuficiência de serviços essenciais, baixa articulação em rede, fragilidade informacional e insegurança territorial**, especialmente em municípios do **interior do Estado**, onde há relatos de inexistência de estruturas mínimas e maior vulnerabilidade institucional.

Este diagnóstico tem por objetivo **subsidiar tecnicamente a elaboração do Plano Geral de Atuação (PGA) 2026–2027**, instrumento do planejamento institucional do MPCE, orientando a definição de **prioridades estratégicas, projetos estruturantes e ações transversais**, em consonância com as demandas identificadas pelas próprias Promotorias e com a agenda nacional de atuação do Ministério Público.

PALAVRA DO CAOPIJ

É com grande satisfação que apresentamos o Plano de Atuação do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOPIJ) do Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE) para o biênio 2026-2027. Este plano é fruto de um processo de escuta qualificada das Promotorias de Justiça da capital e do interior, que permitiu transformar o diagnóstico dos territórios em direção estratégica.

Para este ciclo, o CAOPIJ concentrará seus esforços em duas frentes prioritárias. A primeira é o fortalecimento e o fomento da articulação da rede socioassistencial que compõe o Sistema de Garantia de Direitos, por meio do programa Rede que Protege, com ações de fomento de conferências interdisciplinares, fortalecimento dos Conselhos Tutelares e ampliação da utilização do SIPIA, na busca por uma atuação mais integrada e resolutiva.

A segunda frente é a prevenção e o enfrentamento ao aliciamento de adolescentes por organizações criminosas, a partir do fomento da profissionalização de jovens durante o cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, por meio do programa Novas

Rotas. Reconhecemos que oferecer trajetórias concretas de vida a esses adolescentes, com a aproximação das políticas de assistência social, trabalho, cultura e educação, é condição indispensável para a execução efetiva das medidas socioeducativas e para a ruptura dos ciclos de vulnerabilidade.

Estamos confiantes de que essas iniciativas terão impacto significativo na vida das crianças e dos adolescentes cearenses. Agradecemos o apoio contínuo de todos os envolvidos nesta importante missão.

METODOLOGIA

Inicialmente foi elaborado um inventário de macro temas junto ao Centro de Apoio que delimitariam o formulário de levantamento de informações do diagnóstico.

O formulário para diagnóstico foi criado no Microsoft Forms (Microsoft 365) e distribuído eletronicamente a todas as Promotorias de Justiça do estado do Ceará, focando temáticas de **INFÂNCIA E JUVENTUDE** e atuação transversal.

A coleta ocorreu em MAIO de 2026, com perguntas mistas (seleção múltipla, escalas 1-5, abertas), totalizando **27 respostas únicas validadas**.

Os dados do formulário foram analisados isoladamente e posteriormente por meio de análises cruzadas e por matriz SWOT. Por meio dessa análise, foram constatadas a necessidade de iniciativas que potencializassem a atuação ministerial frente à matriz SWOT analisada.

Por fim, essas iniciativas serão agrupadas em PROGRAMAS TEMÁTICOS para compor a elaboração do PGA 26-27 e do Mapa Setorial, e ainda, pormenorizadas para compor o Plano de Atuação do CAO.

Perfil das Respostas

Foram recebidas **27 respostas únicas**, integralmente compostas por respondentes do **Primeiro Grau (27/27)**, sem respostas do Segundo Grau. No recorte de **atribuição formal em Infância e Juventude**, o resumo do formulário indica **22 respostas “Sim”** e **5 “Não”**, sinalizando que a amostra é **majoritariamente formada por unidades com atribuição formal**, mas incorpora uma parcela relevante de unidades que atuam na temática por transversalidade (p. ex., criminal, família, saúde). Quanto ao **perfil de atuação**, o resumo consolidado aponta predominância de **“Ampla atuação” (12)**, seguido por **“Atuação especializada (exclusiva)” (6)** e **“Atuação especializada (não exclusiva)” (4)**, evidenciando heterogeneidade institucional na dedicação temática.

Do ponto de vista **geográfico**, as respostas cobrem capital e interior, com **Fortaleza concentrando 6/27 (≈22,2%)** — identificável na planilha pelas entradas explicitamente marcadas como **“Fortaleza”/“FORTALEZA”** e **interior somando 21/27 (≈77,8%)**,

abrangendo comarcas como **Juazeiro do Norte, Caucaia, Camocim, Baturité, Maracanaú, Quixadá, Quixeramobim, Pacajus, Acaraú, Amontada, Beberibe, Nova Russas, Paraipaba, Paracuru**, entre outras. Esse perfil indica capilaridade territorial e **predominância de percepção “do interior”**, relevante para calibrar prioridades do PGA considerando desigualdades de estrutura e rede local.

PRINCIPAIS TEMAS

Temas de Atuação (% menções)

Critério adotado: para fins desta análise, consideram-se **temas de alta demanda** aqueles **mencionados por ≥30% das respostas** (≥8 menções, considerando o total de 27 respondentes). O critério é metodologicamente adequado para identificar recorrências relevantes sem diluir o foco analítico.



1. **Saúde mental de crianças e adolescentes (especialmente no acolhimento)** – aparece de forma recorrente em múltiplos blocos do formulário (uso de psicotrópicos, acesso/insuficiência da rede, articulação intersetorial, oportunidades de atuação e prioridades do PGA), com menções concentradas nas nuvens de palavras e nas respostas abertas, superando claramente o patamar de 30%.
2. **Acolhimento institucional e alternativas (Família Acolhedora, excepcionalidade/provisoriedade)** – o tema ultrapassa o limiar ao agregar menções sobre inadequação do acolhimento, ausência/inefetividade do Serviço de Família Acolhedora, devolução lenta e carência de políticas alternativas; no resumo gráfico, barreiras como **Resistência Municipal, Articulação entre órgãos e Capacitação** reforçam a recorrência.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

3. **Conselho Tutelar e Sistema de Garantia de Direitos (SGD)** – identificado como tema de alta demanda pela frequência nas perguntas sobre funcionalidade, articulação com MPCE/rede, necessidades de apoio (capacitação, recursos materiais, orientações institucionais) e oportunidades de atuação, com nuvem de palavras indicando recorrência acima de 30%.
4. **Violência sexual contra crianças e adolescentes** – tema sensível com alta repercussão pública, aparece de forma consistente nas seções de “temas sensíveis”, “fragilidades” e “prioridades”, ultrapassando o limiar estabelecido.
5. **Atuação de organizações criminosas envolvendo adolescentes (aliciamento/cooptação)** – recorrente nas seções sobre vulnerabilidades do sistema socioeducativo, presença de organizações criminosas e sugestões de combate, atingindo patamar de alta demanda.

Os temas de alta demanda revelam um **núcleo crítico interdependente**:

saúde mental ↔ acolhimento ↔ capacidade da rede (Conselho Tutelar/SGD) ↔ violência (sexual e criminal).

A recorrência simultânea desses eixos indica que as dificuldades não são pontuais, mas **estruturais**, exigindo respostas integradas no PGA (foco em fortalecimento de rede, alternativas ao acolhimento institucional, e estratégias preventivas/intersectoriais).

A convergência entre capital e interior reforça a necessidade de soluções escaláveis, com adaptação territorial, priorizando saúde mental, Família Acolhedora e fortalecimento do Conselho Tutelar como vetores transversais.

Saúde mental no acolhimento

I – Justificativa: As respostas descrevem **baixa suficiência/qualidade da rede e insuficiência de acompanhamento especializado**, com menções a oferta “pouco frequente e insuficiente”, necessidade de **atendimento prioritário** e de **ampliação/estruturação** de serviços, inclusive com proposta explícita de criar **núcleo dedicado** para saúde mental dos acolhidos (evitando depender apenas de CAPS/universidades). Também há relatos de **colapso/péssima oferta municipal**, com impacto difuso (“adoecendo inclusive os profissionais”), reforçando caráter estrutural e intersectorial do problema.

II – Oportunidades de atuação: (a) Produzir **nota técnica/roteiro de atuação** para fluxos de encaminhamento e monitoramento do PTS (plano terapêutico), com parâmetros mínimos de rede e periodicidade; (b) induzir **pactuação intersectorial** (Saúde–SUAS–Judiciário–Acolhimento) para filas e prioridades; (c) apoiar a implantação de **mecanismo de monitoramento** de casos críticos e uso de psicotrópicos; (d) orientar inspeções temáticas com checklist de saúde mental nos serviços de acolhimento; (e) disseminar

experiências citadas (articulação CREAS/acolhimento; priorização de prazos) como modelos replicáveis.

Convivência familiar e alternativas ao acolhimento

I – Justificativa: O conjunto aponta **carência/inexistência** ou **inefetividade** do Serviço de Família Acolhedora e barreiras recorrentes (articulação entre órgãos, resistência municipal, capacitação/divulgação). Nas respostas abertas, aparecem oportunidades/necessidades como **busca ativa de família extensa** para evitar acolhimento, **reintegração mais célere**, programas de **apadrinhamento afetivo** e fortalecimento de políticas alternativas à institucionalização, além de críticas à **devolução lenta** e acolhimento inadequado/prolongado. **Isso reforça que o eixo exige indução de política pública e padronização de atuação.**

II – Oportunidades de atuação: (a) Kit de implementação e fiscalização do **Família Acolhedora** (modelos de recomendação, termos, indicadores e rotinas de acompanhamento); (b) trilha de capacitação para rede (SUAS/Conselhos/acolhimento) e MP, com foco em **excepcionalidade/provisoriedade** e **família extensa**; (c) apoio à estruturação de **programas de apadrinhamento** e mapeamento de família extensa; (d) orientar inspeções e painéis de **prazos legais** das crianças acolhidas; (e) promover articulação CRAS/CREAS para relatórios familiares mais robustos, como sugerido nas abertas.

Conselho Tutelar, SIPIA e articulação em rede

I – Justificativa: As respostas reforçam que o Conselho Tutelar é “porta de entrada” do SGD e demandam **capacitação constante**, apoio jurídico, recursos e integração com a rede. Há relatos de **politicagem/divisão interna**, ausência de formações continuadas e insuficiência estrutural (território amplo, um CT para todo o município), além de demanda por **fortalecimento do SIPIA** e integração com outros órgãos. Também se apontam dificuldades para aplicação adequada de medidas protetivas (ex.: atuação em rua, eventos), sugerindo lacunas de padronização e suporte técnico-institucional.

II – Oportunidades de atuação: (a) Programa CAOPIJ de **formação continuada** (módulos práticos com modelos de peças/fluxos) para CT e rede; (b) guia de **interfaces MP-CT-SUAS-Educação-Saúde**, com fluxos mínimos e rotinas de reunião; (c) estratégia de **qualificação do SIPIA** (oficinas + checklist de qualidade do registro) e indução de interoperabilidade; (d) apoio a diagnósticos locais de capacidade (dimensionamento, cobertura territorial) para subsidiar recomendações aos municípios; (e) produção de notas técnicas sobre aplicação de medidas protetivas e comunicação com rede.

Violência sexual e riscos no ambiente digital

I – Justificativa: O tema aparece como **sensível e de alta repercussão**, com menções diretas a crimes sexuais contra crianças e adolescentes, abuso sexual, necessidade de prevenção/enfrentamento, e também a ocorrências de **crimes cibernéticos** e exposição de crianças/adolescentes na internet. As respostas apontam ainda necessidade de **integração** entre promotorias criminais (apuração penal) e promotorias da infância (proteção), indicando gargalo de coordenação institucional e de resposta articulada.

II – Oportunidades de atuação: (a) Protocolo CAOPJ de **atuação integrada** (criminal + protetiva), com fluxo de comunicação e medidas urgentes de proteção; (b) kit de prevenção em escolas/rede (palestras e materiais) como sugerido nas respostas; (c) notas técnicas sobre **ECA Digital** e proteção contra exposição/violência online; (d) indução de rede especializada (escuta especializada/depoimento especial) com parâmetros mínimos e agenda de articulação; (e) monitoramento temático de casos recorrentes e ações coordenadas com Conselhos e serviços.

Socioeducação e organizações criminosas

I – Justificativa: Há referência repetida a **vulnerabilidade do sistema** à atuação de facções/organizações criminosas e ao **aliciamento de adolescentes**, inclusive com temor/ameaça a profissionais em visitas e necessidade de aproximação com forças de segurança. Também surgem críticas a fragilidades da execução no meio aberto (ex.: CREAS “péssimo serviço”, desestruturação, baixa qualificação, fluxo ruim), além de demanda por melhoria de fluxos com Judiciário e por **profissionalização** de adolescentes, sinalizando risco de reincidência e captura por grupos criminosos.

II – Oportunidades de atuação: (a) Roteiro de fiscalização/monitoramento da execução das MSE (meio aberto/fechado) e **integração de fluxos** com Judiciário e rede; (b) indução de planos locais de prevenção ao aliciamento (escola integral, esporte/projetos, presença do sistema de justiça nas escolas) citados nas respostas; (c) agenda de proteção institucional para equipes em campo (protocolos de segurança e articulação interinstitucional); (d) kits para atuação em **profissionalização** de adolescentes (mapeamento de ofertas e pactuação municipal); (e) recomendações para qualificação técnica de CREAS e melhoria do fluxo informacional

**MPCE**Ministério Público
do Estado do Ceará**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

ANÁLISE SWOT (FOFA)

Matriz de Diagnóstico Institucional

Ameaças Externas	Oportunidades de Atuação
Expansão de facções criminosas sobre jovens no sistema socioeducativo e meio aberto. Riscos contínuos de violência sexual e crimes cibernéticos. Institucionalização prolongada perpetuada pela ausência de alternativas reais.	Padronização e fomento ativo ao Serviço de Família Acolhedora. Governança do Conselho Tutelar via trilhas contínuas de capacitação. Indução de fluxos mínimos de atendimento intersetorial em saúde mental.
Fragilidades Estruturais	Forças do MPCE
Dependência de apoio técnico nas Promotorias (psicologia/assistência social). Baixa maturidade das redes de saúde mental municipais (pouco frequente e insuficiente). Apagão de dados e inconsistência no uso do SIPIA.	Membros altamente engajados e com experiências práticas compartilháveis. Existência de núcleos especializados de atuação. Clareza objetiva das próprias necessidades institucionais.

AMEAÇAS

- **Expansão/pressão de organizações criminosas sobre adolescentes e sistemas (socioeducativo e rede):** o consolidado indica percepção de vulnerabilidade do sistema à atuação criminosa (“**Sim**” 7; “**Parcialmente**” 5; “**Não é possível avaliar**” 4 em pergunta específica), além de presença detectável em serviços (“Sim, nos sistemas socioeducativos” 7; “nos acolhimentos” 3; “meio aberto” 3; “Não percebo” 4). Nas abertas, aparecem referências a **aliciamento/cooptação**, medo/ameaça a profissionais e necessidade de inteligência/integração com segurança pública.
- **Violência sexual e riscos digitais como tema sensível de alta repercussão:** no consolidado de “temas sensíveis”, “Violência sexual” aparece como termo recorrente com **5 respondentes (23%)** (entre 22 respostas nessa seção), e nas abertas surgem menções a crimes sexuais e cibernéticos envolvendo crianças e adolescentes, reforçando risco contínuo e pressão por resposta rápida e articulada.



- **Risco de perpetuação de acolhimentos prolongados por baixa oferta de alternativas:** há forte sinal de fragilidade do **Serviço de Família Acolhedora** (predomínio de “Inexistente” 14; “funcionamento parcial” 4; “inefetivo” 2; “funcional” 2), associado a barreiras estruturais (articulação entre órgãos 13; resistência municipal 12; capacitação 10; divulgação 8; famílias ausentes 7). A combinação amplia a chance de **institucionalização manter-se como “solução padrão”**.

OPORTUNIDADES

- **Indução/estruturação do Serviço de Família Acolhedora e estratégias de desinstitucionalização:** as abertas trazem caminhos concretos como **busca ativa de família extensa**, fomento de **SFA como modalidade preferencial**, além de **apadrinhamento afetivo** e melhoria de fluxos para evitar acolhimento desnecessário. O consolidado reforça que o gargalo é mais de implementação/capacitação/articulação do que “ausência de demanda”, o que favorece atuação orientadora e de padronização (kits, notas técnicas, modelos de pactuação).
- **Fortalecimento do Conselho Tutelar e melhoria de governança do SGD (incluindo SIPIA):** as necessidades mais frequentes apontadas são **capacitação técnica (19)**, **integração com rede (14)**, **recursos materiais (11)** e **orientações institucionais (11)**; e o SIPIA aparece com adoção ainda incompleta (**Sim 12; Parcialmente 7; Não 3**). Isso abre janela para um programa estruturado de formação, padronização de fluxos e qualidade de registros, com impacto transversal em acolhimento, violência e socioeducação.
- **Organização de fluxos e articulação intersetorial em saúde mental no acolhimento:** o acompanhamento em saúde mental é mais frequentemente percebido como **“pouco frequente e insuficiente” (10)** do que “regular e adequado” (6). As abertas incluem propostas diretas (ex.: criação de “núcleo” para saúde mental dos acolhidos; priorização de casos e prazos), sugerindo oportunidades de induzir fluxos mínimos e parâmetros de rede (articulação Saúde–SUAS–Judiciário–acolhimento).

FORÇAS

- **Existência de núcleos de especialização e experiência prática compartilhável:** o perfil de atuação apresenta grupos de **atuação especializada (exclusiva) 6** e **especializada (não exclusiva) 4**, além de “ampla atuação” 12. Nas abertas, surgem “boas pistas” operacionais (ex.: busca ativa, articulação com CRAS/CREAS, propostas de capacitação do CT com modelos de documentos), que podem ser transformadas em produtos replicáveis (kits, roteiros, notas técnicas).

**MPCE**Ministério Público
do Estado do Ceará**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

- **Sinalização objetiva de prioridades e necessidades institucionais:** o consolidado quantifica dificuldades e apoios necessários (ex.: **apoio de equipe técnica 16, equipe insuficiente 15, monitoramento de políticas 10, dificuldades em fiscalizações 6**), oferecendo direcionamento claro para ações de suporte da administração.

O Desafio do Acolhimento



A Realidade Engessada

Institucionalização Prolongada: Tornou-se a solução padrão diante da falta de políticas públicas.

O Gargalo: Lentidão na devolução familiar, resistência municipal e superlotação constante.

O Dado: 14 comarcas relatam que a alternativa familiar é totalmente inexistente.



A Solução Estratégica

Família Acolhedora: Precisa ser induzida de exceção a regra.

Ação Direta: **Fomento ativo** ao Serviço de Família Acolhedora e **busca ativa emergencial** pela família extensa.

Integração: Maior articulação com CRAS/CREAS para relatórios familiares robustos que viabilizem a **reintegração**.

FRAQUEZAS

- **Capacidade instalada insuficiente e dependência de apoio técnico:** as dificuldades mais citadas incluem **apoio de equipe técnica (16)** e **equipe insuficiente (15)**, além de **monitoramento de políticas públicas (10)** e **dificuldades em fiscalizações (6)**—um conjunto que limita a execução continuada (inspeções, acompanhamento de rede, monitoramento de indicadores).
- **Baixa maturidade/estrutura em Família Acolhedora e barreiras recorrentes de implementação:** predominância de **inexistência (14)** e obstáculos sistêmicos (articulação/resistência/capacitação) indicam fragilidade de política pública local e necessidade de indução coordenada.
- **Rede de saúde mental percebida como insuficiente e irregular:** na percepção sobre o acompanhamento, prevalece “existe, mas é pouco frequente e insuficiente” (10), com ainda “não sei informar” (5) e registros nas abertas de colapso/insuficiência municipal; isso sugere falhas de oferta e também de informação/fluxo (o que exige padronização e articulação).
- **Inconsistência de sistemas e registros (SIPIA) e necessidade de padronização:** embora haja “Sim 12”, há parcela expressiva “Parcialmente 7” e “Não 3”, e as necessidades tecnológicas aparecem associadas a internet/equipamentos/IA e integração de sistemas, o que afeta rastreabilidade e gestão do SGD.

**MPCE**Ministério Público
do Estado do Ceará**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

Boas Práticas Relatadas

As boas práticas identificadas **não configuram, em sua maioria, políticas institucionais estruturadas**, mas revelam **capacidade de inovação local, adaptação e protagonismo dos membros**, sobretudo em contextos de **escassez de recursos, fragilidade da rede e baixa integração sistêmica**.

**Práticas da Base**

Diante da insuficiência estrutural, Promotorias já exercem forte protagonismo e adaptação local:

Busca ativa imediata para evitar acolhimento desnecessário.

Atuação preventiva diretamente dentro de escolas contra o aliciamento.

Controle rigoroso e manual de prazos legais.

Articulação com forças de segurança para proteção das equipes.

**O Papel do CAOPIJ**

Transformar iniciativas heróicas individuais em política de estado:

Capturar as experiências bem-sucedidas.

Sistematizar o conhecimento empírico.

Converter tudo em Kits de atuação, Notas Técnicas e fluxos padronizados.

O que hoje é exceção, amanhã será a regra.

O diagnóstico evidencia que essas iniciativas, ainda que pontuais, **produzem efeitos relevantes na mitigação de riscos**, na proteção de crianças e adolescentes e no fortalecimento do SGD, indicando **potencial de sistematização, padronização e difusão** pelo CAOPIJ.

Boas práticas relatadas:

- **Busca ativa de família extensa** para evitar acolhimento institucional e reduzir tempo de institucionalização.
- **Articulação CRAS/CREAS para relatórios familiares mais robustos**, subsidiando decisões de reintegração.
- **Foco estratégico em evitar acolhimentos desnecessários** e reduzir institucionalização prolongada, com reconstrução de vínculos familiares.
- **Propostas de criação de núcleo específico de saúde mental** para crianças e adolescentes acolhidos.
- **Prioritização de prazos legais** e monitoramento ativo dos processos de crianças acolhidas.
- **Capacitação contínua do Conselho Tutelar**, com ênfase em atribuições, fluxos e aplicação de medidas protetivas.
- **Fortalecimento do uso do SIPIA** e integração do sistema com outros órgãos da rede.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- **Atuação preventiva em escolas** (palestras, presença institucional) para enfrentamento ao aliciamento por facções.
- **Articulação interinstitucional com forças de segurança** para proteção de equipes e enfrentamento de organizações criminosas.
- **Proposição de kits/modelos de atuação** para Conselhos Tutelares e rede, facilitando padronização prática.

As boas práticas surgem, majoritariamente, **como respostas adaptativas a falhas estruturais** (rede insuficiente, políticas não implantadas, carência técnica). Isso reforça o papel estratégico do CAOPIJ em **capturar essas experiências, transformá-las em produtos institucionais (kits, notas técnicas, fluxos)** e induzir sua replicação no PGA 2026–2027.

Casos Emblemáticos Relevantes

As respostas abertas do formulário **registraram casos emblemáticos relevantes para o diagnóstico**. Destacam-se:

- **Adoções ilegais/burlas à fila do SNA no Ceará**, com menção expressa a “adoções por fora da fila” e “burlas ao Sistema Nacional de Adoção”.
- **Casamento infantil/união estável envolvendo menores de 14 anos**, apontado como tema sensível e caso que demanda atenção prioritária.
- **Superlotação do acolhimento institucional**, associada a devolução lenta e ausência de alternativas como Família Acolhedora.
- **Colapso/insuficiência da rede de saúde mental** para crianças e adolescentes acolhidos, com impacto também sobre profissionais.
- **Aliciamento/cooptação de adolescentes por organizações criminosas**, inclusive com relatos de temor/ameaça a equipes da rede.

Esses registros, embora não individualizados, **funcionam como marcadores diagnósticos** de riscos estruturais e reforçam a necessidade de foco prioritário do PGA nos eixos já identificados.

Achados relevantes

1) Elevado volume de respostas “não possuo informação suficiente para avaliar”

Evidência: Em diversas perguntas-chave (saúde mental, presença de organizações criminosas, funcionamento de políticas), há recorrência significativa de respostas do tipo “*não possuo informação suficiente para avaliar*” ou “*não sei informar*”.

Justificativa diagnóstica: Esse dado é estatisticamente e qualitativamente relevante porque **não indica neutralidade**, mas **fragilidade informacional**, falhas de monitoramento e **baixa circulação de dados qualificados** na rede. Trata-se de um risco institucional silencioso, pois impede atuação preventiva e estratégica.

2) Relatos explícitos de medo, ameaça e insegurança de profissionais da rede

Evidência: Respostas abertas mencionam “**intensa sensação de temor e ameaça**” por parte de conselheiros tutelares, técnicos do CREAS e equipes de acolhimento durante visitas e atuação territorial.

Justificativa diagnóstica: Este é um **registro sensível e grave**, pois evidencia que a atuação protetiva está sendo impactada diretamente por contextos de violência e criminalidade, o que compromete a efetividade do SGD e demanda respostas institucionais articuladas.

3) Declarações de inexistência total de serviços essenciais em alguns municípios

Evidência: Há respostas que afirmam expressamente “**não há acolhimento**”, “**não há instituição de acolhimento na cidade**”, “**o município não possui programa de acolhimento**” ou “**não há estrutura**”.

Justificativa diagnóstica: Esse dado vai além da insuficiência: revela **vazios absolutos de política pública**, com repercussão direta sobre crianças e adolescentes, reforçando a necessidade de indução institucional e atuação estruturante do MPCE.

4) Impacto da precariedade da rede na saúde mental dos próprios profissionais

Evidência: Resposta aberta afirma que o serviço de saúde mental municipal é “**péssimo**” e que a situação “**adoece inclusive os profissionais**” da rede e da promotoria.

Justificativa diagnóstica: Trata-se de um achado relevante por conectar **qualidade da política pública** com **adoecimento institucional**, dialogando inclusive com agendas de bem-estar e sustentabilidade do trabalho ministerial.

5) Referências reiteradas à “politicagem” como fator de desorganização institucional

Evidência: Há menções diretas a **politicagem**, instabilidade de equipes, divisão interna de Conselhos Tutelares e prejuízo à continuidade das ações.

Justificativa diagnóstica: Esse elemento, embora qualitativo, é recorrente e relevante, pois aponta **interferência política como fator estruturante de fragilidade do SGD**, afetando capacitação, governança e confiança institucional.

Esses registros **não são marginais**: eles revelam **fragilidades estruturais menos visíveis**, que **não aparecem apenas nos percentuais**, mas emergem com força nas **respostas abertas**. O diagnóstico demonstra que, além dos temas já priorizados (saúde mental, acolhimento, Conselho Tutelar, violência e organizações criminosas), há um **problema transversal de informação, segurança institucional e capacidade mínima do Estado**, que merece **registro explícito e fundamenta ações estratégicas do PGA**.

Contribuições Relevantes para Transversalidade



1) Integração estrutural entre áreas criminais e protetivas

As respostas abertas apontam, de forma reiterada, a necessidade de **articulação entre promotorias criminais** (crimes sexuais, organizações criminosas, crimes cibernéticos) e **promotorias da infância** (medidas protetivas, acolhimento, família). Essa convergência evidencia que a proteção integral exige **atuações coordenadas**, superando a fragmentação temática.

2) Saúde mental como eixo transversal de múltiplas áreas

A saúde mental aparece conectando **infância, saúde pública, assistência social, educação e execução de medidas socioeducativas**. As respostas descrevem impactos sobre crianças, adolescentes e profissionais, revelando que a atuação do MPCE demanda **coordenação interinstitucional contínua**, não restrita a uma única área-fim.

3) Conselho Tutelar como nó central do Sistema de Garantia de Direitos

O diagnóstico mostra que o Conselho Tutelar é percebido como **porta de entrada real** para demandas que atravessam áreas como educação, saúde, família, criminal e políticas públicas. A necessidade de capacitação, apoio jurídico e integração reforça seu papel estratégico para uma atuação **transversal e preventiva** do MPCE.

4) Acolhimento e convivência familiar como interface entre políticas públicas

As respostas evidenciam que acolhimento institucional, Família Acolhedora, adoção, saúde mental e socioeducação não são temas isolados, mas **interdependentes**, exigindo atuação conjunta das áreas cível, infância, saúde, orçamento público e controle de políticas públicas. Isso fundamenta projetos integrados de indução e fiscalização.

5) Prevenção ao aliciamento por organizações criminosas como agenda intersetorial

O enfrentamento à cooptação de adolescentes é descrito como dependente da articulação entre **infância e juventude, criminal, educação, assistência social e segurança pública**. As respostas indicam que ações preventivas (escola, esporte, profissionalização) são tão relevantes quanto a repressão penal, reforçando a transversalidade como condição de efetividade.

Os dados coletados demonstram que a Infância e Juventude opera, na prática, como **eixo estruturante de transversalidade do MPCE**, articulando proteção, repressão qualificada, políticas públicas e prevenção. Essa característica legitima o desenho de **projetos futuros integrados**, com protagonismo do CAOPIJ na coordenação interáreas, conforme evidenciado pelos próprios respondentes.

**MPCE**Ministério Público
do Estado do Ceará**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

Ações Estratégicas CAOPIJ/MPCE (Biênio 26-27)

A partir da matriz SWOT consolidada, boas práticas, casos emblemáticos e contribuições transversais fornecidas, elaboramos algumas ações.

Ações Estratégicas PGA 2026–2027



Padronização e Protocolos

- Fomento e pactuação municipal do Kit Família Acolhedora.
- Implementação de fluxos mínimos de Saúde Mental no acolhimento.
- Criação de protocolo integrado (Criminal + Protetivo) para Violência Sexual.
- Painéis de monitoramento de prazos de crianças acolhidas.



Fortalecimento da Rede

- Programa de capacitação massiva e continuada de Conselhos Tutelares.
- Oficinas práticas para fortalecimento qualitativo do SIPIA.
- Instituição de rotinas mínimas de articulação intersetorial (MPCE, Conselhos e Assistência).
- Difusão sistematizada de boas práticas locais.



Inteligência e Prevenção

- Estruturação de apoio técnico regionalizado (Psicologia e Serviço Social).
- Planos locais preventivos nas escolas contra o aliciamento por facções.
- Projetos de presença institucional em ambiente escolar.
- Emissão de Notas Técnicas antecipatórias sobre crimes cibernéticos e temas emergentes.

1) Indução do Serviço de Família Acolhedora

Justificativa: O SFA foi majoritariamente apontado como inexistente ou inefetivo, com barreiras recorrentes de articulação, capacitação e resistência municipal.

Descrição: Promover pactuação com municípios para implantação e fiscalização do SFA. #familiaacolhedora

2) Padronização de Fluxos de Saúde Mental no Acolhimento

Justificativa: Predominam percepções de oferta pouco frequente/insuficiente e ausência de fluxos claros entre saúde, SUAS e acolhimento.

Descrição: Elaborar roteiro de atuação com parâmetros mínimos, prioridade de casos, monitoramento de PTS e articulação intersetorial. #saúdemental

3) Programa de Capacitação Contínua do Conselho Tutelar

Justificativa: Capacitação técnica é a principal necessidade apontada, associada a fragilidades de atuação e articulação no SGD.

Descrição: Desenvolver formação prática continuada (módulos + modelos de peças/fluxos) para CT e rede, com apoio do MPCE. #conselhotutelar

4) Fortalecimento do Uso do SIPIA

Justificativa: O uso do SIPIA é parcial/inconsistente em parte significativa das comarcas, afetando registros e monitoramento.

Descrição: Realizar oficinas práticas, checklist de qualidade do registro e integração com fluxos do MPCE e da rede. #sipia

5) Atuação Integrada Criminal–Protetiva em Violência Sexual

Justificativa: As respostas apontam violência sexual como tema sensível recorrente e necessidade de integração entre áreas.

Descrição: Criar protocolo de atuação conjunta (criminal + infância), com fluxos de comunicação e medidas protetivas imediatas. #violênciasexual

6) Prevenção ao Aliciamento por Organizações Criminosas

Justificativa: Há percepção relevante de vulnerabilidade do sistema socioeducativo e aliciamento de adolescentes.

Descrição: Induzir planos locais preventivos (escola, esporte, profissionalização) e articular MPCE, educação e assistência social. #organizaçõescriminosas

7) Monitoramento de Prazos das Crianças Acolhidas

Justificativa: As respostas abertas relatam devolução lenta e necessidade de cumprimento rigoroso dos prazos legais.

Descrição: Criar painel simples de controle de prazos e orientar inspeções focadas em tempo de acolhimento. #acolhimento

8) Difusão de Boas Práticas Locais

Justificativa: Foram relatadas iniciativas exitosas pontuais (busca ativa, articulação CRAS/CREAS, atuação preventiva).

Descrição: Mapear, sistematizar e difundir boas práticas em produtos institucionais replicáveis. #boaspraticas

9) Apoio Técnico Especializado às Promotorias

Justificativa: Apoio de equipe técnica e equipe insuficiente figuram entre as maiores dificuldades institucionais.

Descrição: Estruturar apoio técnico regionalizado (psicologia, serviço social, estatística) para temas prioritários. #apoio tecnico

10) Aprimoramento da Articulação em Rede

Justificativa: Baixa articulação entre MPCE, CT, Conselhos e rede socioassistencial é apontada de forma recorrente.

Descrição: Instituir rotinas mínimas de articulação (reuniões, fluxos, pactos locais) com indução do MPCE. #articulaçãoemrede

11) Atuação Preventiva no Ambiente Escolar

Justificativa: Respostas indicam escola como espaço estratégico para prevenção de violência, evasão e aliciamento.

Descrição: Estimular projetos de presença institucional, palestras e articulação com educação e CT. #prevenção

12) Notas Técnicas sobre Temas Sensíveis Emergentes

Justificativa: Temas como crimes cibernéticos, adultização digital e casamento infantil aparecem nas respostas abertas.

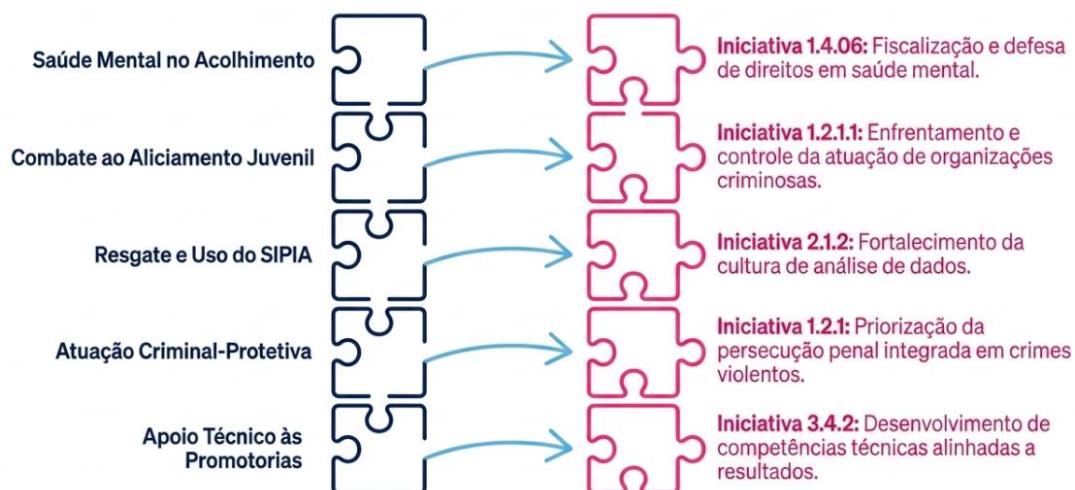
Descrição: Produzir notas técnicas orientadoras para atuação preventiva e protetiva nessas agendas. #temassensíveis

As ações propostas derivam diretamente das **fragilidades, oportunidades e forças** apontadas pelos respondentes e oferecem **caminhos resolutivos**, compatíveis com a atuação transversal do MPCE e com o papel estratégico do CAOPIJ no PGA 2026–2027.

**MPCE**Ministério Público
do Estado do Ceará**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

VINCULAÇÃO CNMP

Através de uma análise **mais restrita** e objetiva das ações propostas em relação às iniciativas propostas pelo MPCE para o **RADAR CNMP - 2026**, seguem vínculos sustentáveis.



AÇÃO PROPOSTA	INICIATIVA CNMP (RADAR 2026)	ADERÊNCIA	JUSTIFICATIVA
Indução do Serviço de Família Acolhedora	1.4.04 – Fortalecimento da atuação em DH e minorias	Alta	O SFA protege crianças em situação de vulnerabilidade e concretiza políticas de acolhimento, alinhando-se à promoção de direitos humanos.
Padronização de Fluxos de Saúde Mental no Acolhimento	1.4.06.2 – Fiscalizações em comunidades terapêuticas / saúde mental	Alta	As respostas indicam fragilidade da rede de saúde mental; o RADAR prioriza a defesa desse direito e a fiscalização dos serviços.
Fortalecimento do Uso do SIPIA	2.1.2 – Fortalecimento da cultura de análise de dados	Alta	O SIPIA é base estruturante de dados do SGD; seu uso qualificado converge com a agenda de dados e decisão estratégica.
Atuação Integrada Criminal-Protetiva (Violência Sexual)	1.2.1 – Priorização da persecução de crimes violentos	Alta	A violência sexual é crime prioritário no RADAR e exige integração entre persecução penal e proteção.
Prevenção ao Aliciamento por Organizações Criminosas	1.2.1.1 – Controle da atuação de organizações criminosas	Alta	As respostas indicam aliciamento de adolescentes; o RADAR prioriza enfrentamento qualificado às organizações criminosas.
Apoio Especializado Técnico às Promotorias	3.4.2 – Desenvolvimento de competências técnicas	Alta	As respostas apontam carência técnica; o RADAR prioriza o desenvolvimento de competências alinhadas a resultados.

Aprimoramento da Articulação em Rede	1.3.1.1 – Parcerias e cooperação entre MPs	Alta	A articulação em rede é núcleo central tanto do diagnóstico quanto da diretriz RADAR.
---	--	-------------	---

O cruzamento evidencia **alta convergência estrutural** entre o diagnóstico do MPCE (Infância e Juventude, com viés transversal) e o **RADAR/CNMP 2026**, sobretudo nos eixos de **organizações criminosas, saúde mental, dados e capacitação**. Isso **legitima tecnicamente** a incorporação dessas ações no PGA 2026–2027 como iniciativas **alinhadas à agenda nacional**, potencializando a atuação concentrada e cooperativa do Ministério Público.

CONCLUSÃO

O diagnóstico evidencia que a atuação do MPCE em Infância e Juventude enfrenta **desafios estruturais persistentes**, especialmente relacionados à saúde mental, ao acolhimento institucional e à capacidade de articulação da rede de proteção, ao mesmo tempo em que revela **engajamento, iniciativas locais relevantes e clareza quanto às prioridades** apontadas pelos próprios membros. As respostas demonstram que as fragilidades não se restringem à ausência de políticas, mas também à insuficiência de informação, integração e suporte técnico, sobretudo em contextos territoriais mais vulneráveis.

Ao consolidar percepções objetivas e relatos qualitativos, o diagnóstico cumpre o papel de **orientar escolhas estratégicas realistas e alinhadas à agenda nacional**, oferecendo base técnica para um PGA 2026–2027 focado em resolutividade, transversalidade e fortalecimento institucional.

Planejar com base na escuta qualificada dos territórios é transformar diagnóstico em direção estratégica.



“Planejar com base na escuta qualificada dos territórios é transformar o diagnóstico em direção estratégica.”



MPCE
Ministério Público
do Estado do Ceará

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Elaborado pela SEPLAN – Secretaria de Planejamento e Modernização Administrativa